

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.934 - RS (2019/0286564-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : TEREZA FRANCO ZONE
ADVOGADO : LOURECI FERNANDES PEDROSO - RS043722
INTERES. : MARLENE RANGEL MOREIRA
ADVOGADO : MÔNICA RAMOS DE ARAÚJO BORGES - RS010254

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **União** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 270):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ANUÊNIOS. REVISÃO. LEI 9.784/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS.

Incide no caso o disposto nos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99, que prevê decadência quinquenal para que a Administração anule seus próprios atos, quando deles decorram efeitos favoráveis aos destinatários. Ocorreu a decadência porque a parte autora percebia os anuênios há mais de cinco anos quando a Administração constatou a irregularidade em auditoria.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 297/301).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 309, 884, 885 e 1.022 do CPC/15 e 215 da Lei n.º 8.112/90. Sustenta, em resumo: (I) tese de negativa de prestação jurisdicional e; (II) "*impossibilidade de efeito retroativo no pagamento da pensão no período especificado. A sentença entendeu devidos os valores à autora desde a data do requerimento administrativo, em 24.08.11. Ocorre que a União já pagou a integralidade do benefício à companheira do ex-servidor, Sra. Marlene, a qual teve essa condição reconhecida judicialmente. Cabe destacar que o pagamento da cota-parte da pensão com eficácia retroativa não deve subsistir, porquanto resultará que a União pague acima do valor total do benefício deixado pelo instituidor. Tendo pago a União a quem de direito o benefício, não pode ser condenada a pagar novamente, no período retroativo acima especificado, os mesmos valores à parte autora, visto que até o seu reconhecimento judicial e determinação de implantação por tutela antecipada, não era beneficiária da pensão requerida. [...] Impende frisar que*

Superior Tribunal de Justiça

impor a União o dever de pagar a cota-parte da pensão com eficácia retroativa, implica desconsiderar o disposto no art. 215 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, já que ocorre a ultrapassagem da correspondência com a remuneração do ex-servidor. Portanto, a pensão é integral (100%) e, em havendo mais de um beneficiado da pensão, está será repartida de modo que nunca ultrapasse esses 100%. Logo, a presente decisão recorrida, ao fazer retroagir o pagamento da pensão, contraria os dispositivos legais acima apontados, implicando a que a UNIÃO arque com uma despesa além dos 100%. Ou seja, se só é possível reduzir o benefício da companheira original depois de provada a condição de companheira da habilitanda tardia, não é razoável onerar o Erário antes disso. [...] Por outro lado, caso seja entendido que deva ser pago o benefício de acordo com o fixado na decisão recorrida, a condenação ao pagamento retroativo deve recair sobre a outra beneficiária do de cujus, pois esta que percebeu os valores a mais do que faz jus, conforme reza os artigos 884 e 885 do Código Civil." (fls. 721/723).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação merece prosperar.

A pretensão recursal merece acolhida, pois a parte agravante, nas razões aduzidas nos embargos declaratórios (fls. 639/645 e 683/684), pugnou pelo enfrentamento das seguintes questões: "*nem o acórdão da apelação nem a decisão dos embargos de declaração se manifestaram sobre o fato da União já ter pago a pensão integralmente a quem fora reconhecido judicialmente como credor. O acórdão admite que a união estável entre Marlene, a credora original, e o servidor falecido foi reconhecida judicialmente, em sentença transitada em julgado, em 10/07/2012. Nada foi dito sobre a impossibilidade da União pagar novamente o que já foi pago por determinação judicial. Ocorre que a União já pagou a integralidade do benefício à companheira reconhecida judicialmente por sentença transitada em julgado, em 10/07/2012, Sra. Marlene. Cabe destacar que o pagamento da cota-parte da pensão com eficácia retroativa não deve subsistir, porquanto resultará que a União despenda valor muito superior ao total do benefício deixado pelo instituidor. Até o reconhecimento judicial e a determinação de implantação do pagamento por tutela antecipada neste processo, a autora não era beneficiária da pensão requerida e a única credora legítima era a companheira reconhecida judicialmente por sentença transitada em julgado, em*

Superior Tribunal de Justiça

10/07/2012, Sra. Marlene. Nada disse o acórdão sobre a vulneração ao art. 309 do novo Código Civil, o qual reprisa o art. 985 do Código Civil de 1916, que estabelece “o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.” Por outro lado, acaso mantido o pagamento retroativo à ora autora, a decisão deve determinar a restituição dos valores pagos a mais à beneficiária originária do de cujus, sra. Marlene, conforme arts. 884 e 885 do CC. Não é razoável que o ônus recaia exclusivamente sobre a União que pagou a pensão inicialmente à sra. Marlene por força de decisão judicial transitada em julgado que lhe reconheceu a condição de companheira do servidor falecido.” (fls. 683/684).

Contudo, observa-se que o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, quedou silente sobre argumentações que se mostram relevantes para o deslinde da controvérsia, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/15.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão que apreciou os embargos de declaração e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o exposto enfrentamento das questões aqui tidas por omitidas.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator